

**Leis**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**LEI Nº 19/2019**

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O Prefeito Municipal de IGUAÍ**, faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de **IGUAÍ** para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, § 2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;*
- II - a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;*
- III - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;*
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;*
- V - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;*
- VI - as disposições finais.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**§ 1º** - Os dispositivos do presente Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias contêm orientações específicas quanto:

- I - ao equilíbrio entre as receitas e despesas municipais;
- II – aos critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da LC 101/00 - LRF;
- III – aos critérios para a recondução da dívida pública municipal caso ultrapasse os respectivos limites na forma do art.31 da LC 101/00 - LRF;
- IV - as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- V – as condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas e a pessoas físicas e;
- VI – a outros critérios orientadores a elaboração e execução da movimentação orçamentária e financeira municipal.

**§ 2º** - Em conformidade com a Portaria 495 de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e alterações, integram a presente Lei os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais compreendendo os demonstrativos a seguir:

- I – Riscos Fiscais e Providências;
- II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial - RPPS
- VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- IX – Metas Fiscais;

**§ 3º** - A elaboração da Lei de Orçamento Anual para o exercício 2020 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nos Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ

ESTADO DA BAHIA

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro

Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110

CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º** - As prioridades da gestão administrativa serão as seguintes:

- I - desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;*
- II - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;*
- III - desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;*
- IV - a promoção de concursos públicos com o escopo de formar um quadro de servidores municipais efetivos, necessários à execução dos serviços inerentes à Administração Municipal, nas mais diversas áreas, a fim de se atender a moralidade, impessoalidade e eficiência, administrativa exigidos;*
- V - desenvolvimento de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;*
- VI - desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;*
- VII - austeridade na utilização dos recursos públicos – consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;*
- VIII - apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;*
- IX - promoção do desenvolvimento de políticas voltadas à formação educacional da criança e o adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;*
- X - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**XI** - desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus *moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros.*

**Art. 3º** - O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício de 2020, a que se refere o "caput" deste artigo, poderá ser modificado caso sofra alterações até a data de encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual e será parte integrante da proposta;

*Parágrafo único – Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o poder executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.*

**Art. 4º** - As prioridades e metas definidas no Plano Plurianual para 2018/2021 de que trata o art. 2º desta Lei, serão fixadas de acordo com as macro estratégias do Governo Municipal e suas respectivas linhas programáticas – Programa de Governo que constituem as diretrizes para a Administração.

**I** – Em caso de necessidade de limitação de empenho, conforme estabelecido no art. 9º da LC/101-00, sempre que possível o Poder Executivo Municipal deverá ressaltar as ações que constituem metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

## **CAPITULO II**

### **DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.**

#### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 5º** - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 6º** - Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

**I** - *pessoal e encargos sociais, observados o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**II -** *juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal;*

**III -** *contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;*

**IV -** *outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.*

**§ único** – As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

**Art. 7º** - Somente serão empenhadas despesas com as operações de crédito mediante lei autorizativa do Poder Legislativo.

**Art. 8º** - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

**I -** *a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;*

**II -** *será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;*

**III -** *não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.*

**Art. 9º** - As receitas diretamente arrecadadas e vinculadas das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, serão destinadas, por ordem de prioridade:

**I -** *aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais;*

**II -** *ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida;*

**III -** *a contrapartida de operações de crédito e convênios;*

**IV -** *aos investimentos necessários ao atendimento das demandas sociais.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

§ 1º - A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no *caput* deste artigo poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidas plenamente as prioridades indicadas, os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

§ 2º - A programação da despesa à conta de recursos oriundos dos orçamentos, fiscal e da seguridade social observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

**Seção II**

**Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos**

**Art. 10º** - Para fins desta Lei conceituam-se:

I - **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

II - **transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

III - **remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

IV - **transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para tender passivos contingentes;

V - **reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

VI - **Passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

VII - **alteração do detalhamento da despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo programa e grupo de despesa;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

*VIII - **créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;*

*IX - **crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar programas, projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos grupos de despesa;*

*X - **Crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas à criação de novos programas, projetos ou atividades não contempladas na Lei Orçamentárias;*

*XI - **crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.*

**Art. 11** – O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**§ 1º** - A totalidade das receitas e despesas de cada autarquia e fundação constará no orçamento fiscal, mesmo que as entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do Tesouro Municipal.

**§ 2º** - O Município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, a Emenda Constitucional nº 14/96 e a Lei nº 9.424/96.

**Art. 12** – O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

**§ único** – O Município aplicará no mínimo 15% (quinze por cento) da receita de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no Art. 7º da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

**Art. 13** – A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2018, nos termos do § 6º do art. 160 da Constituição do Estado da Bahia, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de lei, de:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

*I - anexos do orçamento fiscal e da seguridade social;*

*II - informações complementares.*

**§ 1º** - Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

*I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;*

*II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;*

*III - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;*

*IV - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração;*

**§ 2º** - Os anexos relativos aos orçamentos, fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

*I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;*

*II - do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2017;*

*III - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subseqüentes;*

*IV - demonstrativo da Receita e Despesa segundo o Anexo 02 da Lei nº 4320/64;*

*V - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6 a 9 da Lei nº 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.*

**Art. 14** - A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial da STN/MF, conforme a seguinte classificação:

**I – Classificação Institucional:**

- a) Poder
- b) Órgão
- c) Unidade Orçamentária

**II – Classificação Funcional:**

- a) Função
- b) Subfunção
- c) Programa
- d) Ação: Projeto, Atividade ou Operação Especial.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**III – Natureza Econômica:**

- a) Categoria Econômica
- b) Grupo
- c) Modalidade de Aplicação
- d) Fonte de Recursos

**Art. 15** – Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I - pessoal e encargos sociais;*
- II - serviços da dívida pública municipal;*
- III - contrapartida de convênios e financiamentos;*
- IV - projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma da execução.*

**§ 1º** - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

**§ 2º** - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

**§ 3º** - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial.

**Art. 16** – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educacional, cultural e/ou esportiva que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;*
- II – sejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;*
- III - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

IV - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, art. 16 e seguintes da Lei 4.320/64, bem como ao disposto na Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014;

V – sejam signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal;

VI – sejam qualificadas como organizações sociais;

**§ 1º** - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos.

**§ 2º** - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

**§ 3º** - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/93 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 4º** - A execução das dotações sob o título de subvenções sociais está condicionada às observâncias dispostas nas Normas Legais e Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

**Art. 17** – A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, atendidas as condições nela estabelecida.

**Art. 18** – A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Portaria da STN/MF e Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios.

**Art. 19** – A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I - dos tributos de sua competência;*
- II - das transferências constitucionais;*
- III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;*
- IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;*
- V - das oriundas de serviços executados pelo Município;*
- VI - da cobrança da dívida ativa;*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

VII - *das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;*

VIII - *dos recursos para o financiamento da Educação, definida pela legislação vigente, em especial Leis nº 9.394/96 e nº 11.494/2007;*

IX - *de outras rendas.*

**Art. 20** – Nos orçamentos, fiscal, da seguridade social e de investimentos, a apropriação da despesa forma-se-á por categoria de programação conforme conceito estabelecido no art. 10º, inciso I, desta Lei.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito no Município, a classificação por função, sub-função e programa a que se refere à Portaria do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão.

§ 2º - Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta orçamentária, como unidades orçamentárias.

§ 3º - As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

**Art. 21** – O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º - Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária, serão considerados investimentos, as despesas com aquisição de direitos do ativo imobilizado.

§ 2º - A despesa será discriminada segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes.

§ 3º - O detalhamento das fontes de financiamento dos investimentos de cada empresa referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - *gerados pela empresa;*

II - *decorrentes de participação acionária do Município;*

III - *oriundos de transferências do Município, sob outras formas que não as compreendidas no inciso anterior;*

IV - *de outras origens.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**Art. 22** – A Lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

**Seção III**

**Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações**

**Art. 23** - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos, inclusive especiais, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal e será constituído de:

I – Mensagem;

II - texto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei; e

VI – informações complementares.

**§ 1º** - Os quadros e anexos orçamentários a que se referem os incisos III e IV do *caput* deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 1 da Lei 4.320/64;

III - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação – Anexo 2 da lei 4.320/64;

IV - quadro das dotações por órgãos do Governo Municipal e da Administração, indicando despesas do orçamento fiscal e da seguridade social por modalidade de aplicação, segundo os programas de governo, com os seus objetivos, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, categoria econômica da despesa e fonte de financiamento, com a identificação das unidades orçamentárias executoras;

V - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

VI - quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6, 7, 8 e 9 da Lei 4.320/64;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**§ 2º** - As informações complementares a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 159 da Constituição Estadual, art. 165 da Constituição Federal e art. 5º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, são os seguintes:

I - tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

- a) receita arrecadada nos três últimos exercícios àquele em que se elabora a proposta;
- b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- c) a receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;
- d) a despesa executada nos três últimos exercícios;
- e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- f) a despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;

**Art. 24** – O Poder Legislativo, encaminhará, até o dia 15 de agosto de 2018, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

**§ 1º** – Na elaboração de sua proposta, O Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotarà:

*I - o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, nos termos da Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2010;*

*II - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.*

**Art. 25** – Os órgãos da administração direta, seus fundos e administração indireta – autarquias e fundações, instituídas pelo Poder Público e demais entidades, deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 06 de agosto de 2018, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 26** – O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2018, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária, conforme determina o art. 100 § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

- I - número e data de ajuizamento da ação ordinária;*
- II - tipo do precatório;*
- III - tipo da causa julgada;*
- IV - data da autuação do precatório;*
- V - nome do beneficiário;*
- VI - valor a ser pago; e*
- VII - data do trânsito em julgado.*

**§ 1º** – A inclusão de recursos na Lei Orçamentária para atender o pagamento de Precatórios Judiciais e o equilíbrio orçamentário exigido pela LC 101/2000 será de até 2% (dois por cento) do valor das receitas correntes, excluindo-se as transferências de convênios e as receitas vinculadas e/ou com destinação própria, cujo pagamento dar-se-á de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica dos precatórios:

*I – Precatório de natureza alimentícia até o limite de 70% do valor previsto neste parágrafo, dentro do exercício;*

*II – Precatórios de natureza não alimentícia com valor não superior a dois mil reais será quitado em parcela única;*

*III - Precatórios de natureza não alimentícia com valor superior a dois mil reais será quitado em até dez parcelas iguais, anuais e sucessivas;*

*IV – Precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único a época da emissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II será dividido em duas parcelas iguais e sucessivas, dentro do exercício e nos limites referidos no parágrafo primeiro deste artigo.*

**§ 2º** – Os créditos que excederem aos limites impostos no parágrafo anterior serão remanejados para o exercício seguinte dentro dos critérios da nova LDO.

**§ 3º** - Os órgãos e entidades devedores, referidos no caput deste artigo, comunicarão à Chefia do Gabinete, no prazo de até 15 de agosto de 2018, eventuais divergências verificadas entre a relação recebida e os processos que originaram os precatórios recebidos.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**Art. 27** – As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

*I - na forma da disposição constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;*

*II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.*

**Art. 28** – Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

*I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;*

*II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:*

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

*III - sejam relacionadas com:*

- a) a correção de erros ou omissões; ou
- b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

**§ 1º** - As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

*I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica a técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;*

*II - no caso, de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.*

**§ 2º** - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 29** – A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

**Art. 30** – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**Art. 31** - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

**§ único** – Os mecanismos previstos no *caput* deste serão operacionalizados:

*I - mediante audiências públicas durante a elaboração da Proposta Orçamentária, e o Poder Legislativo durante a apreciação, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar 101/2000 e art. 44 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;*

*II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.*

**Art. 32**– O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária, enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 33** – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, publicará os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária, discriminado a categoria de programação da despesa ao nível de elemento de despesa e fonte de recursos.

**§ 1º** - As fontes de recursos de que trata este artigo, serão apresentadas da forma da Resolução do TCM do Estado da Bahia.

**§ 2º** - O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, parte obrigatoriamente integrante da LOA de 2019, poderá ser alterado, por Decreto Executivo, no âmbito das despesas da Prefeitura, e Decreto Legislativo, no âmbito das despesas da Câmara Municipal, no decurso do exercício financeiro, para atender as necessidades de Execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

**Art. 34** – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º** As fontes de recursos de que trata este artigo, serão apresentadas da forma da Resolução do TCM do Estado da Bahia.

**§ 2º** Fica autorizado as alterações de remanejamento de dotação por QDD, assim entendido como deslocamento parcial ou total de dotação de uma mesma categoria de despesa para o mesmo órgão, respeitando, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidas na Lei Orçamentária.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

§ 3º Os valores provenientes das alterações de QDD"s, não serão computados à soma dos créditos adicionais para cálculo do percentual autorizado para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 4º As alterações do Quadro do Detalhamento de Despesas serão editadas mediante Decreto específico de cada poder.

**Art. 35** – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado mediante Lei Específica por Decreto:

I - realizar por créditos suplementar, e por anulação das dotações orçamentárias **remanejamento total ou parcial** nas mesmas categorias de despesas ou ainda se necessário entre categorias diferentes, por exemplo: Capital para Capital, Corrente para Corrente, Capital para Corrente, e Corrente para Capital, em decorrência da alteração na estrutura dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, nos termos do inciso VI e § 5º do Art. 167 da Constituição Federal;

II – aditar ao orçamento municipal durante a sua execução, ações não programadas, desde que compatíveis com o Plano Plurianual 2018/2021;

III – Incluir ou alterar elemento de despesa na mesma categoria econômica e modalidade de aplicação em ações (projeto, atividades ou operação especial) constantes da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, respeitando os objetivos dos mesmos.

§ 1º - a inclusão ou modificação decorrente do disposto no inciso III deste artigo não poderá resultar em alteração dos valores aprovados na Lei Orçamentária Anual, podendo haver ajuste na classificação funcional.

**Art. 36** - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a realizar, mediante decreto, desdobramento de fontes, respeitando o mesmo elemento de despesa de um Projeto e Atividade, para atender a ações de programas especiais, convênios, educação, saúde, assistência social e demais funções de governo.

**Art. 37** - As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais, serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 38** - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar participação em consórcios públicos nos termos de Lei Municipal específica, Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005 e Lei Estadual 13.374 de 22 de setembro de 2015;

**Art. 39** - A Lei Orçamentária para o exercício de 2020 incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**Art. 40** - Para fins de acompanhamento, controle e segurança dos pagamentos, os órgãos da Administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 41** – Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

**§ único** – A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**Art. 42** – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

**Parágrafo único** – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

*I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;*

*II - não sejam inerentes à categoria funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.*

**Art. 43** – As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2020, com base na folha de pagamento de junho de 2018, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

**§ 1º** - A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

*I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;*

*II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.*

**§ 2º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

*I - da indenização por demissão de servidores ou empregados;*

*II - relativas a incentivos à demissão voluntária;*

*III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;*

*IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.*

**§ 3º** - Para fins deste artigo entende-se como receita corrente líquida o disposto no art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 44** – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 37 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

**§ único** – Se as despesas totais com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite serão vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

*I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;*

*II - criação de cargo, emprego ou função;*

*III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*

*IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*

*V - contratação de hora extra.*

**Art. 45** – Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 43, sem prejuízo das medidas previstas no art. 44 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**§ 1º** – No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**§ 2º** - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

**§ 3º** - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I - receber transferências voluntárias;*
- II - obter garantias, direta ou indireta, de outro ente;*
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal;*

**§ 4º** - As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder.

**Art. 46** – Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

**Art. 47** – Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;*
- II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 37 desta Lei.*

**§ único** – O disposto no *caput* compreende, entre outras:

- I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;*
- II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;*
- III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**Art. 48** – O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ou, incremento do quadro de pessoal, estes para reajustes de remuneração, realização de concursos públicos, e, ou, outras formas de contratação, tudo conforme prescrito em lei, nas áreas de:

- I - educação;*
- II - saúde;*
- III - fiscalização fazendária;*
- IV - assistência à criança e ao adolescente;*
- V - Administração.*

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS**

**Art. 49** – Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;*
- II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;*
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;*
- IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;*
- V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL**

**Seção I**

**Das Disposições Gerais**

**Art. 50** – A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

**Art. 51** – A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I - ao endividamento público;*
- II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;*
- III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;*
- IV - à administração e gestão financeira.*

**Art. 52** – São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 43 desta lei:

- I - o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atende-las;*
- II - a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 55 desta Lei;*
- III - a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;*
- IV - a limitação e contenção dos gastos públicos;*
- V - a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**Art. 53** – A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

**Art. 54** – Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ único** – Para os efeitos dos § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.648/98.

**Seção II**

**Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal**

**Art. 55** - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

**§ 1º** - A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40 do Senado Federal, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

**§ 2º** - A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

**§ 3º** - O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2002, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº 40 do Senado Federal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**Art. 56** – O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º** - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

**§ 2º** - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43 do Senado Federal.

**Art. 57** – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

## **CAPÍTULO VI**

### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 58** – Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei nº 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidades Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

**§ único** – Entende-se por Unidade Orçamentária qualquer órgão, fundo especial e entidades da Administração Pública Municipal contemplados com crédito/dotação no orçamento.

**Art. 59** – Se o projeto de lei orçamentária para o exercício 2020 não for autografado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários;
- III – amortização e encargos da dívida;
- IV – investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

V – utilização de recursos de fontes vinculadas, em suas finalidades específicas, limitado ao valor conveniado, acordado ou efetivamente ajustado e em conformidade com o cronograma de execução financeira estabelecido nos referidos instrumentos e;

VI – contrapartidas de convênios;

VII – utilização de recursos livres do Tesouro Municipal à razão de 1/12 (um doze avos) por mês do valor orçado para as ações destinadas a manutenção básica dos serviços municipais;

VIII – em caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá garantir os recursos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

**Art. 60** – Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

**Art. 61** – O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

**Art. 62** – Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitará a sua emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

**§ 1º** - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” do Poder Executivo

**§ 2º** - Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - *pessoal e encargos;*
- II - *serviços da dívida;*
- III - *decorrentes de financiamentos;*
- IV - *decorrentes de convênios;*
- V - *as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social;*
- VI *as despesas do Poder Legislativo Municipal.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÍ**  
**ESTADO DA BAHIA**

Praça Manoel Novaes, nº. 08, Centro  
Fone: (73) 3271- 2101 Fone Fax: (73) 3271 2110  
CNPJ Nº. 13.858.303/0001-91

**§ 3º** - A transferência financeira do poder Legislativo, por se constituir uma obrigação constitucional do poder Executivo, não sofrerá nenhuma redução por conta da realização da receita aquém do previsto citada no parágrafo anterior.

**Art. 63** – A proposta orçamentária conterà nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000:

- I- anexo demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º da LC-101/2000;*
- II- será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;*
- III- reserva de contingência no orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 3% (três por cento), calculado sobre o total da receita corrente líquida do Município.*

**§ único** – Os anexos previstos neste artigo poderão ser revistos por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado.

**SEÇÃO II**  
**CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

**Art. 64** - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

**Parágrafo Único** - O Poder Executivo através do seu órgão de planejamento elaborará normas de procedimentos para o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos;

**SEÇÃO III**  
**DO DUODÉCIMO**

**Art. 65** - O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, aplicando-se o percentual de até 7% (sete por cento) somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000),

**Art. 66** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31/12/2020.

**Art. 67** – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de IGUAÍ, em 19 de junho de 2019.

**RONALDO MOITINHO DOS SANTOS**  
Prefeito





**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2020

ARF - (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>		
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	800.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>800.000,00</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>900.000,00</b>		

FONTE: Sistema e-Pública (1216-6256-495). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/04/2019 e hora de emissão: 16:37.

**Ronaldo Moitinho dos Santos**  
Prefeito  
CPF-568.859.545-00

**SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA**  
Assessor Contábil  
CRC - BA4599/O-4



**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2020

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	78.000.000,00	0,00	145,67	50.294.090,31	0,00	0,00	(27.705.909,69)	(35,52)
Receitas Primárias (I)	76.945.086,00	0,00	143,70	49.522.667,99	0,00	0,00	(27.422.418,01)	(35,64)
Despesa Total	78.000.000,00	0,00	145,67	57.866.753,85	0,00	0,00	(20.133.246,15)	(25,81)
Despesas Primárias (II)	77.025.000,00	0,00	143,85	56.004.250,50	0,00	0,00	(21.020.749,50)	(27,29)
Resultado Primário (III) = (I - II)	(79.914,00)	0,00	(0,15)	(6.481.582,51)	0,00	0,00	(6.401.668,51)	8.010,70
Resultado Nominal	6.890.535,17	0,00	12,87	6.890.535,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	23.021.860,01	0,00	42,99	23.021.860,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	13.701.176,18	0,00	25,59	13.701.176,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema e-Pública (1714-2262-862). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/04/2019 e hora de emissão: 16:30.



**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2020

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

**R\$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	89.443.595,00	78.000.000,00	(12,79)	72.220.700,00	(7,41)	74.082.770,00	2,58	81.491.047,00	10,00	89.640.152,00	10,00	
Receitas Primárias (I)	88.621.445,00	76.945.086,00	(13,18)	70.788.400,00	(8,00)	72.507.240,00	2,43	79.757.961,00	10,00	87.733.761,00	10,00	
Despesa Total	84.407.270,00	78.000.000,00	(7,59)	66.445.000,00	(14,81)	88.185.568,00	32,72	81.491.047,00	(7,59)	89.640.152,00	10,00	
Despesas Primárias (II)	83.956.295,00	77.025.000,00	(8,26)	64.537.472,00	(16,21)	85.157.188,00	31,95	79.182.938,00	(7,02)	87.101.232,00	10,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.665.150,00	(79.914,00)	(101,71)	6.250.928,00	(7.922,0	(12.649.948,00)	(302,37)	575.023,00	(104,55)	632.529,00	10,00	
Resultado Nominal	(19.320.243,68)	6.890.535,17	(135,66)	27.896.796,61	304,86	(41.597.972,79)	(249,11)	0,00	(100,00)	0,00	-	
Dívida Pública Consolidada	23.604.136,23	23.021.860,01	(2,47)	48.523.260,06	110,77	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	
Dívida Consolidada Líquida	6.810.641,01	13.701.176,18	101,17	41.597.972,79	203,61	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	89.443.595,00	78.000.000,00	(12,79)	72.220.700,00	(7,41)	70.336.335,00	(2,61)	0,00	(100,00)	0,00	-	
Receitas Primárias (I)	88.621.445,00	76.945.086,00	(13,18)	70.788.400,00	(8,00)	69.278.905,00	(2,13)	0,00	(100,00)	0,00	-	
Despesa Total	84.407.270,00	78.000.000,00	(7,59)	66.445.000,00	(14,81)	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	
Despesas Primárias (II)	83.956.295,00	77.025.000,00	(8,26)	64.537.472,00	(16,21)	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.665.150,00	(79.914,00)	(101,71)	6.250.928,00	(7.922,0	69.278.905,00	1.008,30	0,00	(100,00)	0,00	-	
Resultado Nominal	(19.320.243,68)	6.890.535,17	(135,66)	(13.701.176,18)	(298,84)	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	
Dívida Pública Consolidada	23.604.136,23	23.021.860,01	(2,47)	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	0,00	-	
Dívida Consolidada Líquida	6.810.641,01	13.701.176,18	101,17	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	0,00	-	

FONTE: Sistema e-Pública (2231-0641-381). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/04/2019 e hora de emissão: 16:40.



**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2020

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	-11.974.178,21	100,00	18.828.553,26	100,00	-1.020.089,26	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-11.974.178,21</b>	<b>100,00</b>	<b>18.828.553,26</b>	<b>100,00</b>	<b>-1.020.089,26</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1841-1111-175). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/04/2019 e hora de emissão: 11:37.

**Ronaldo Moitinho dos Santos**  
Prefeito  
CPF-568.859.545-00

**SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA**  
Assessor Contábil  
CRC - BA4599/O-4



**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2020

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>			
	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO</b>			
	2018 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2017 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2016 (i) = (Ic - IIj)
<b>VALOR (III)</b>	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema e-Pública (1914-9695-007). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/04/2019 e hora de emissão: 14:53.

Ronaldo Moitinho dos Santos  
Prefeito  
CPF-568.859.545-00

SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA  
Assessor Contábil  
CRC - BA4599/O-4



**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
2020

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

\_\_\_\_\_  
**Ronaldo Moitinho dos Santos**

Prefeito

CPF-568.859.545-00

\_\_\_\_\_  
**SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA**

Assessor Contábil

CRC - BA4599/O-4





**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

2020

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

\_\_\_\_\_  
**Ronaldo Moitinho dos Santos**

Prefeito

CPF-568.859.545-00

\_\_\_\_\_  
**SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA**

Assessor Contábil

CRC - BA4599/O-4



**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2020

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
<b>TOTAL</b>			0,00	0,00	0,00	

Fonte: Sistema e-Pública (1401-2504-801). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/04/2019 e hora de emissão: 14:55.



**MUNICÍPIO DE IGUAÍ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2020

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

<b>EVENTOS</b>	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1536-0762-734). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/04/2019 e hora de emissão: 11:40.

**Ronaldo Moitinho dos Santos**

Prefeito  
CPF-568.859.545-00

**SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA**

Assessor Contábil  
CRC - BA4599/O-4

<p><b>Município de Iguaí</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguaí/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a></p>	<p>Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 1844-6247-671</p>	<p>Página 1 / 3</p>
---	--	-------------------------

**Metas da Despesa**

LDO 2020 - Valores em R\$

Descrição	2016			2017		
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Despesas correntes</b>	<b>55.742.550,00</b>	<b>48.240.157,53</b>	<b>48.240.157,53</b>	<b>66.209.982,00</b>	<b>66.209.982,00</b>	<b>52.085.115,31</b>
Pessoal e encargos sociais	31.962.360,00	28.912.525,21	28.912.525,21	47.483.840,50	47.483.840,50	29.802.289,48
Juros e encargos da dívida	270.970,00	223.543,55	223.543,55	96.915,00	96.915,00	
Outras despesas correntes	23.509.220,00	19.104.088,77	19.104.088,77	18.629.226,50	18.629.226,50	22.282.825,83
<b>Despesas de capital</b>				<b>18.165.158,00</b>	<b>18.165.158,00</b>	<b>5.353.822,74</b>
<b>Investimentos</b>				<b>17.811.098,00</b>	<b>17.811.098,00</b>	<b>3.335.548,15</b>
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos				17.811.098,00	17.811.098,00	3.335.548,15
<b>Inversões financeiras</b>						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
<b>Amortização da dívida</b>				<b>354.060,00</b>	<b>354.060,00</b>	<b>2.018.274,59</b>
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos				354.060,00	354.060,00	2.018.274,59
Reserva de contingência	46.000,00			32.130,00	32.130,00	
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
<b>Despesas Correntes Intraorçamentárias</b>						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
<b>Despesas de Capital Intraorçamentárias</b>						
Investimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

<p><b>Município de Iguaí</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguaí/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a></p>	<p>Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 1844-6247-671</p>	<p>Página 2 / 3</p>
---	--	-------------------------

**Metas da Despesa**

LDO 2020 - Valores em R\$

Descrição	2018			2019		
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Despesas correntes</b>	<b>63.432.325,26</b>	<b>63.432.325,26</b>	<b>54.224.199,81</b>	<b>58.306.162,00</b>	<b>58.306.162,00</b>	<b>15.087.229,57</b>
Pessoal e encargos sociais	38.886.697,49	38.886.697,49	27.986.014,92	34.458.279,00	34.458.279,00	10.299.431,75
Juros e encargos da dívida	45.000,00	45.000,00		29.000,00	29.000,00	
Outras despesas correntes	24.500.627,77	24.500.627,77	26.238.184,89	23.818.883,00	23.818.883,00	4.787.797,82
<b>Despesas de capital</b>	<b>14.542.674,74</b>	<b>14.542.674,74</b>	<b>3.642.554,04</b>	<b>8.113.838,00</b>	<b>8.113.838,00</b>	<b>530.137,95</b>
<b>Investimentos</b>	<b>13.612.674,74</b>	<b>13.612.674,74</b>	<b>1.780.050,69</b>	<b>6.235.310,00</b>	<b>6.235.310,00</b>	<b>55.836,50</b>
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	13.612.674,74	13.612.674,74	1.780.050,69	6.235.310,00	6.235.310,00	55.836,50
<b>Inversões financeiras</b>						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
<b>Amortização da dívida</b>	<b>930.000,00</b>	<b>930.000,00</b>	<b>1.862.503,35</b>	<b>1.878.528,00</b>	<b>1.878.528,00</b>	<b>474.301,45</b>
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	930.000,00	930.000,00	1.862.503,35	1.878.528,00	1.878.528,00	474.301,45
Reserva de contingência	25.000,00	25.000,00		25.000,00	25.000,00	
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
<b>Despesas Correntes Intraorçamentárias</b>						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
<b>Despesas de Capital Intraorçamentárias</b>						
Investimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

<p><b>Município de Iguaí</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguaí/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a></p>	<p>Usuário: Clevisson de Barros Macedo Chave de autenticação: 1844-6247-671</p>	<p>Página 3 / 3</p>
---	---	-------------------------

**Metas da Despesa**

LDO 2020 - Valores em R\$

Descrição	2020		2021		2022	
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Previsto	Valor Constante
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Despesas correntes</b>	<b>65.130.147,00</b>		<b>71.643.053,00</b>		<b>78.807.358,00</b>	
Pessoal e encargos sociais	37.904.106,00		41.694.518,00		45.863.970,00	
Juros e encargos da dívida	32.000,00		35.090,00		38.599,00	
Outras despesas correntes	27.194.041,00		29.913.445,00		32.904.789,00	
<b>Despesas de capital</b>	<b>8.925.221,00</b>		<b>9.817.744,00</b>		<b>10.799.519,00</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>6.858.841,00</b>		<b>7.544.725,00</b>		<b>8.299.198,00</b>	
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	6.858.841,00		7.544.725,00		8.299.198,00	
<b>Inversões financeiras</b>						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
<b>Amortização da dívida</b>	<b>2.066.380,00</b>		<b>2.273.019,00</b>		<b>2.500.321,00</b>	
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	2.066.380,00		2.273.019,00		2.500.321,00	
Reserva de contingência	27.500,00		30.250,00		33.275,00	
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
<b>Despesas Correntes Intraorçamentárias</b>						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
<b>Despesas de Capital Intraorçamentárias</b>						
Investimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

Ronaldo Moitinho dos Santos  
Prefeito  
CPF-568.859.545-00

SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA  
Assessor Contábil  
CRC - BA4599/O-4

<p><b>Município de Iguai</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguai/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a></p>	<p>Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 2196-0534-809</p>	<p>Página 1 / 7</p>
---	--	-------------------------

**Metas da Receita**

LDO 2020 - Valores em R\$


Descrição	2016			2017		
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Receita Corrente Líquida (RCL)</b>						
<b>Receitas correntes</b>	<b>81.397.832,94</b>	<b>52.278.478,40</b>	<b>52.327.338,40</b>	<b>81.554.945,00</b>	<b>81.554.945,00</b>	<b>73.506.251,64</b>
<b>Receita tributária</b>	<b>1.659.700,00</b>	<b>1.565.304,25</b>	<b>1.565.304,25</b>	<b>1.661.205,00</b>	<b>1.661.205,00</b>	<b>800.043,46</b>
Impostos	1.492.800,00	1.519.181,69	1.519.181,69	1.494.255,00	1.494.255,00	739.516,46
Taxas	166.900,00	46.122,56	46.122,56	166.950,00	166.950,00	60.527,00
Contribuição de melhorias						
<b>Receita de contribuições</b>						
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação p						
<b>Receita patrimonial</b>	<b>102.100,00</b>	<b>193.738,15</b>	<b>242.598,15</b>	<b>111.825,00</b>	<b>111.825,00</b>	<b>1.893.898,47</b>
Receitas imobiliárias		9.700,00	58.560,00	9.660,00	9.660,00	
<b>Receitas de valores mobiliários</b>	<b>102.100,00</b>	<b>184.038,15</b>	<b>184.038,15</b>	<b>102.165,00</b>	<b>102.165,00</b>	<b>1.893.898,47</b>
Aplicações financeiras	102.100,00	184.038,15	184.038,15	102.165,00	102.165,00	1.893.898,47
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços	239.200,00	121.273,10	121.273,10	239.400,00	239.400,00	27.872,15
<b>Transferências correntes</b>	<b>79.133.232,94</b>	<b>50.247.671,26</b>	<b>50.247.671,26</b>	<b>79.278.650,00</b>	<b>79.278.650,00</b>	<b>70.259.302,65</b>
<b>Transferências intergovernamentais</b>	<b>78.926.732,94</b>	<b>49.940.781,04</b>	<b>49.940.781,04</b>	<b>79.071.905,00</b>	<b>79.071.905,00</b>	<b>70.203.835,99</b>
<b>Transferências da união</b>	<b>28.807.800,00</b>	<b>27.489.364,21</b>	<b>27.489.364,21</b>	<b>28.835.205,00</b>	<b>28.835.205,00</b>	<b>22.479.249,03</b>
Cota parte do FPM	21.638.400,00	20.667.847,17	20.667.847,17	21.658.980,00	21.658.980,00	14.673.640,17
Complementação cota-parte do FPM						1.656.817,97
Cota-parte do ITR	22.400,00	10.502,07	10.502,07	22.470,00	22.470,00	8.251,05
Cota-parte da compensação financeira de rec				24.990,00	24.990,00	
Cota-parte compensação financeira recursos						17.729,18
Cota-parte do FEP	279.200,00	180.127,75	180.127,75	254.415,00	254.415,00	216.986,18
Transferências de recursos do SUS	4.016.900,00	4.280.700,70	4.280.700,70	4.020.870,00	4.020.870,00	3.759.363,15
Transferências de recursos FNAS	1.475.200,00	649.581,09	649.581,09	1.476.510,00	1.476.510,00	844.929,90
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87/	23.900,00	14.134,23	14.134,23	23.940,00	23.940,00	11.570,88
<b>Transferências de recursos do FNDE</b>	<b>1.351.800,00</b>	<b>1.686.471,20</b>	<b>1.686.471,20</b>	<b>1.353.030,00</b>	<b>1.353.030,00</b>	<b>1.289.960,55</b>
Transferências do salário educação	404.300,00	719.245,34	719.245,34	404.670,00	404.670,00	692.983,48
Demais transferências de recursos do FN	894.900,00	942.265,16	942.265,16	895.755,00	895.755,00	581.700,12
Demais transferências da União	52.600,00	24.960,70	24.960,70	52.605,00	52.605,00	15.276,95
<b>Transferências do Estado</b>	<b>4.409.232,94</b>	<b>4.213.668,87</b>	<b>4.213.668,87</b>	<b>4.461.765,00</b>	<b>4.461.765,00</b>	<b>3.693.698,19</b>
Cota-parte do ICMS	3.267.600,00	3.675.352,65	3.675.352,65	3.270.750,00	3.270.750,00	3.234.668,53
Cota-parte do IPVA	205.100,00	256.567,06	256.567,06	205.275,00	205.275,00	231.137,57
Cota-parte do IPI	31.832,94	31.832,94	31.832,94	80.220,00	80.220,00	38.448,50
Cota-parte da CIDE	152.800,00	42.940,32	42.940,32	152.985,00	152.985,00	57.203,45
Demais transferências dos Estados	751.900,00	206.975,90	206.975,90	752.535,00	752.535,00	132.240,14
<b>Transferências dos Municípios</b>						
Transferências de recursos do SUS						



**Metas da Receita**

LDO 2020 - Valores em R\$

Transferências a consórcios públicos							
Outras transferências dos Municípios							
<b>Transferências dos Multigovernamentais</b>	<b>45.709.700,00</b>	<b>18.237.747,96</b>	<b>18.237.747,96</b>	<b>45.774.935,00</b>	<b>45.774.935,00</b>	<b>44.030.888,77</b>	
Transferências de recursos do FUNDEB	45.709.700,00	18.237.747,96	18.237.747,96	45.774.935,00	45.774.935,00	16.134.118,03	
Demais transferências multigovernamentais						27.896.770,74	
Transferências de instituições privadas							
Transferências de pessoas							
Transferências de convênios	206.500,00	306.890,22	306.890,22	206.745,00	206.745,00	55.466,66	
Demais transferências correntes							
<b>Outras receitas correntes</b>	<b>263.600,00</b>	<b>150.491,64</b>	<b>150.491,64</b>	<b>263.865,00</b>	<b>263.865,00</b>	<b>525.134,91</b>	
Multa e juros de mora	39.700,00	88.701,70	88.701,70	39.795,00	39.795,00	1.188,65	
<b>Receita de dívida ativa</b>	<b>215.700,00</b>	<b>9.501,79</b>	<b>9.501,79</b>	<b>215.880,00</b>	<b>215.880,00</b>	<b>6.026,58</b>	
Dívida ativa tributária	215.700,00	9.501,79	9.501,79	215.880,00	215.880,00	6.026,58	
Dívida ativa não tributária							
Demais receitas correntes	8.200,00	52.288,15	52.288,15	8.190,00	8.190,00	517.919,68	
<b>Receita de capital</b>	<b>6.945.300,00</b>	<b>621.378,68</b>	<b>621.378,68</b>	<b>7.888.650,00</b>	<b>7.888.650,00</b>	<b>719.904,48</b>	
Operações de crédito				644.910,00	644.910,00		
Amortização de empréstimos							
<b>Alienação de bens, direitos e ativos</b>	<b>34.300,00</b>			<b>75.075,00</b>	<b>75.075,00</b>		
Alienação de bens móveis	21.900,00			62.685,00	62.685,00		
Alienação de bens imóveis	12.400,00			12.390,00	12.390,00		
Alienação de Bens Intangíveis							
Rendimentos de Aplicações Financeiras							
<b>Transferência de capital</b>	<b>6.911.000,00</b>	<b>621.378,68</b>	<b>621.378,68</b>	<b>7.168.665,00</b>	<b>7.168.665,00</b>	<b>469.979,48</b>	
Transferências intergovernamentais	400.900,00	140.000,00	140.000,00	401.205,00	401.205,00		
Transferências de convênios	6.510.100,00	481.378,68	481.378,68	6.767.460,00	6.767.460,00	469.979,48	
Demais transferências de capital							
Outras receitas de capital						249.925,00	
Receitas primárias advindas de PPP							
<b>Receitas correntes intra orçamentárias</b>							
Receitas tributárias intra orçamentárias							
Receita de contribuições intra orçamentárias							
Receita patrimonial intra orçamentárias							
Receitas agropecuárias intra orçamentárias							
Receita industrial intra orçamentárias							
Receita de serviços intra orçamentárias							
Transferências correntes intra orçamentárias							
Outras receitas correntes intra orçamentárias							
<b>Receitas de capital intra orçamentárias</b>							
Operações de crédito intra orçamentárias							
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias							
Amortização de empréstimos intra orçamentárias							
Transferência de capital intra orçamentárias							
Outras receitas de capital intra orçamentárias							

 <b>Município de Iguai</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguai/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a>	Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 2196-0534-809	Página 3 / 7
	<b>Metas da Receita</b>	

Descrição	2018			2019		
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Receita Corrente Líquida (RCL)</b>	<b>53.546.000,00</b>	<b>53.546.000,00</b>	<b>50.152.869,85</b>	<b>57.682.600,00</b>	<b>57.682.600,00</b>	<b>12.223.360,03</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>53.546.000,00</b>	<b>53.546.000,00</b>	<b>50.152.869,85</b>	<b>57.682.600,00</b>	<b>57.682.600,00</b>	<b>311.696,66</b>
<b>Receita tributária</b>	<b>2.740.000,00</b>	<b>2.740.000,00</b>	<b>1.154.284,96</b>	<b>2.469.250,00</b>	<b>2.469.250,00</b>	<b>250.745,65</b>
Impostos	2.565.000,00	2.565.000,00	1.081.938,78	2.276.750,00	2.276.750,00	60.951,01
Taxas	165.000,00	165.000,00	72.346,18	181.500,00	181.500,00	
Contribuição de melhorias	10.000,00	10.000,00		11.000,00	11.000,00	
<b>Receita de contribuições</b>						
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação p						
<b>Receita patrimonial</b>	<b>951.914,00</b>	<b>951.914,00</b>	<b>771.427,37</b>	<b>526.000,00</b>	<b>526.000,00</b>	<b>173.246,12</b>
Receitas imobiliárias	40.000,00	40.000,00	5,05	44.000,00	44.000,00	65.018,33
<b>Receitas de valores mobiliários</b>	<b>911.914,00</b>	<b>911.914,00</b>	<b>771.422,32</b>	<b>482.000,00</b>	<b>482.000,00</b>	<b>108.227,79</b>
Aplicações financeiras	871.914,00	871.914,00	771.422,32	471.000,00	471.000,00	108.227,79
Outras receitas de valores mobiliários	40.000,00	40.000,00		11.000,00	11.000,00	
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias	10.000,00	10.000,00		11.000,00	11.000,00	
Receita industrial	10.000,00	10.000,00		11.000,00	11.000,00	
Receita de serviços	626.000,00	626.000,00	29,16	388.600,00	388.600,00	998,00
<b>Transferências correntes</b>	<b>49.008.086,00</b>	<b>49.008.086,00</b>	<b>47.700.930,50</b>	<b>54.056.750,00</b>	<b>54.056.750,00</b>	<b>11.737.419,25</b>
<b>Transferências intergovernamentais</b>	<b>48.486.886,00</b>	<b>48.486.886,00</b>	<b>47.700.930,50</b>	<b>54.056.750,00</b>	<b>54.056.750,00</b>	<b>11.737.419,25</b>
<b>Transferências da união</b>	<b>25.402.286,00</b>	<b>25.402.286,00</b>	<b>25.602.665,69</b>	<b>28.140.550,00</b>	<b>28.140.550,00</b>	<b>6.000.521,26</b>
Cota parte do FPM	15.900.786,00	15.900.786,00	16.538.623,04	17.600.000,00	17.600.000,00	4.802.653,85
Complementação cota-parte do FPM	1.000.000,00	1.000.000,00	870.702,14	1.800.000,00	1.800.000,00	
Cota-parte do ITR	8.000,00	8.000,00	9.056,37	8.800,00	8.800,00	241,56
Cota-parte da compensação financeira de rec						
Cota-parte compensação financeira recursos						
Cota-parte do FEP	273.500,00	273.500,00	237.978,24	277.850,00	277.850,00	
Transferências de recursos do SUS	4.090.000,00	4.090.000,00	5.305.484,44	5.049.000,00	5.049.000,00	728.186,42
Transferências de recursos FNAS	995.000,00	995.000,00		1.030.000,00	1.030.000,00	
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87/	16.000,00	16.000,00	10.979,28	75.000,00	75.000,00	
<b>Transferências de recursos do FNDE</b>	<b>3.119.000,00</b>	<b>3.119.000,00</b>	<b>2.629.842,18</b>	<b>2.299.900,00</b>	<b>2.299.900,00</b>	<b>469.439,43</b>
Transferências do salário educação	800.000,00	800.000,00	691.076,79	880.000,00	880.000,00	204.954,53
Demais transferências de recursos do FN	859.000,00	859.000,00	795.617,11	944.900,00	944.900,00	90.775,60
Demais transferências da União	1.460.000,00	1.460.000,00	1.143.148,28	475.000,00	475.000,00	173.709,30
<b>Transferências do Estado</b>	<b>4.654.600,00</b>	<b>4.654.600,00</b>	<b>4.372.824,26</b>	<b>5.790.100,00</b>	<b>5.790.100,00</b>	<b>782.858,42</b>
Cota-parte do ICMS	4.250.000,00	4.250.000,00	3.532.491,17	4.000.000,00	4.000.000,00	698.804,17
Cota-parte do IPVA	200.000,00	200.000,00	261.487,39	187.500,00	187.500,00	47.929,17
Cota-parte do IPI	40.000,00	40.000,00	39.152,31	44.000,00	44.000,00	7.953,34
Cota-parte da CIDE	64.600,00	64.600,00	44.972,01	71.060,00	71.060,00	7.171,74
Demais transferências dos Estados	100.000,00	100.000,00	494.721,38	1.487.540,00	1.487.540,00	21.000,00
<b>Transferências dos Municípios</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>		<b>253.000,00</b>	<b>253.000,00</b>	
Transferências de recursos do SUS				220.000,00	220.000,00	

 <b>Município de Iguai</b> PRACA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.289-000 - Iguai/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a>	Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 2196-0534-809	Página 4 / 7
	<b>Metas da Receita</b>	

LDO 2020 - Valores em R\$						
Transferências a consórcios públicos	20.000,00	20.000,00		11.000,00	11.000,00	
Outras transferências dos Municípios				22.000,00	22.000,00	
<b>Transferências dos Multigovernamentais</b>	<b>18.410.000,00</b>	<b>18.410.000,00</b>	<b>17.725.440,55</b>	<b>19.873.100,00</b>	<b>19.873.100,00</b>	<b>4.954.039,57</b>
Transferências de recursos do FUNDEB	18.400.000,00	18.400.000,00	13.908.767,61	19.862.100,00	19.862.100,00	3.953.300,47
Demais transferências multigovernamentais	10.000,00	10.000,00	3.816.672,94	11.000,00	11.000,00	1.000.739,10
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios	521.200,00	521.200,00				
Demais transferências correntes						
<b>Outras receitas correntes</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>526.197,86</b>	<b>220.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	
Multa e juros de mora						
<b>Receita de dívida ativa</b>						
Dívida ativa tributária						
Dívida ativa não tributária						
Demais receitas correntes	200.000,00	200.000,00	526.197,86	220.000,00	220.000,00	
<b>Receita de capital</b>	<b>24.454.000,00</b>	<b>24.454.000,00</b>	<b>141.220,46</b>	<b>9.037.400,00</b>	<b>9.037.400,00</b>	<b>73.125,00</b>
Operações de crédito	100.000,00	100.000,00		570.000,00	570.000,00	
Amortização de empréstimos	10.000,00	10.000,00		311.000,00	311.000,00	
<b>Alienação de bens, direitos e ativos</b>	<b>73.000,00</b>	<b>73.000,00</b>		<b>80.300,00</b>	<b>80.300,00</b>	
Alienação de bens móveis	42.000,00	42.000,00		46.200,00	46.200,00	
Alienação de bens imóveis	31.000,00	31.000,00		34.100,00	34.100,00	
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
<b>Transferência de capital</b>	<b>4.271.000,00</b>	<b>4.271.000,00</b>	<b>141.220,46</b>	<b>1.076.100,00</b>	<b>1.076.100,00</b>	<b>73.125,00</b>
Transferências intergovernamentais			67.465,46			
Transferências de convênios	4.271.000,00	4.271.000,00		476.100,00	476.100,00	
Demais transferências de capital			73.755,00			73.125,00
Outras receitas de capital	20.000.000,00	20.000.000,00		7.000.000,00	7.000.000,00	
Receitas primárias advindas de PPP						
<b>Receitas correntes intra orçamentárias</b>						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferências correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
<b>Receitas de capital intra orçamentárias</b>						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						

<p><b>Município de Iguaí</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguaí/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a></p>	<p>Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 2196-0534-809</p>	<p>Página 5 / 7</p>
---	--	-------------------------

**Metas da Receita**

LDO 2020 - Valores em R\$


Descrição	2020		2021		2022	
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Previsto	Valor Constante
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Receita Corrente Líquida (RCL)</b>	<b>55.601.604,00</b>		<b>61.161.434,00</b>		<b>67.277.588,00</b>	
<b>Receitas correntes</b>	<b>69.501.630,00</b>	<b>65.755.195,00</b>	<b>76.451.790,00</b>		<b>84.096.973,00</b>	
<b>Receita tributária</b>	<b>2.716.175,00</b>		<b>2.987.789,00</b>		<b>3.286.560,00</b>	
Impostos	2.504.425,00		2.754.867,00		3.030.354,00	
Taxas	199.650,00		219.612,00		241.565,00	
Contribuição de melhorias	12.100,00		13.310,00		14.641,00	
<b>Receita de contribuições</b>						
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação p						
<b>Receita patrimonial</b>	<b>578.600,00</b>		<b>636.460,00</b>		<b>700.106,00</b>	
Receitas imobiliárias	48.400,00		53.240,00		58.564,00	
<b>Receitas de valores mobiliários</b>	<b>530.200,00</b>		<b>583.220,00</b>		<b>641.542,00</b>	
Aplicações financeiras	518.100,00		569.910,00		626.901,00	
Outras receitas de valores mobiliários	12.100,00		13.310,00		14.641,00	
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias	12.100,00		13.310,00		14.641,00	
Receita industrial	12.100,00		13.310,00		14.641,00	
Receita de serviços	427.460,00		470.206,00		517.227,00	
<b>Transferências correntes</b>	<b>65.513.195,00</b>	<b>65.513.195,00</b>	<b>72.064.515,00</b>		<b>79.270.978,00</b>	
<b>Transferências intergovernamentais</b>	<b>65.513.195,00</b>	<b>65.513.195,00</b>	<b>72.064.515,00</b>		<b>79.270.978,00</b>	
<b>Transferências da união</b>	<b>35.824.525,00</b>	<b>35.824.525,00</b>	<b>39.406.978,00</b>		<b>43.347.676,00</b>	
Cota parte do FPM	24.200.000,00	24.200.000,00	26.620.000,00		29.282.000,00	
Complementação cota-parte do FPM	1.980.000,00	1.980.000,00	2.178.000,00		2.395.800,00	
Cota-parte do ITR	12.100,00	12.100,00	13.310,00		14.641,00	
Cota-parte da compensação financeira de rec						
Cota-parte compensação financeira recursos						
Cota-parte do FEP	305.635,00	305.635,00	336.199,00		369.819,00	
Transferências de recursos do SUS	5.553.900,00	5.553.900,00	6.109.290,00		6.720.219,00	
Transferências de recursos FNAS	1.133.000,00	1.133.000,00	1.246.300,00		1.370.930,00	
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87/	110.000,00	110.000,00	121.000,00		133.100,00	
<b>Transferências de recursos do FNDE</b>	<b>2.529.890,00</b>	<b>2.529.890,00</b>	<b>2.782.879,00</b>		<b>3.061.167,00</b>	
Transferências do salário educação	968.000,00	968.000,00	1.064.800,00		1.171.280,00	
Demais transferências de recursos do FN	1.039.390,00	1.039.390,00	1.143.329,00		1.257.662,00	
Demais transferências da União	522.500,00	522.500,00	574.750,00		632.225,00	
<b>Transferências do Estado</b>	<b>7.549.960,00</b>	<b>7.549.960,00</b>	<b>8.304.956,00</b>		<b>9.135.452,00</b>	
Cota-parte do ICMS	5.500.000,00	5.500.000,00	6.050.000,00		6.655.000,00	
Cota-parte do IPVA	275.000,00	275.000,00	302.500,00		332.750,00	
Cota-parte do IPI	60.500,00	60.500,00	66.550,00		73.205,00	
Cota-parte da CIDE	78.166,00	78.166,00	85.983,00		94.581,00	
Demais transferências dos Estados	1.636.294,00	1.636.294,00	1.799.923,00		1.979.916,00	
<b>Transferências dos Municípios</b>	<b>278.300,00</b>	<b>278.300,00</b>	<b>306.130,00</b>		<b>336.753,00</b>	
Transferências de recursos do SUS	242.000,00	242.000,00	266.200,00		292.820,00	

	<b>Município de Iguai</b> PRACA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.289-000 - Iguai/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a>	Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 2196-0534-809	Página 6 / 7
--	--	--	-----------------

**Metas da Receita**

LDO 2020 - Valores em R\$

Transferências a consórcios públicos	12.100,00	12.100,00	13.310,00	14.641,00
Outras transferências dos Municípios	24.200,00	24.200,00	26.620,00	29.292,00
<b>Transferências dos Multigovernamentais</b>	<b>21.860.410,00</b>	<b>21.860.410,00</b>	<b>24.046.451,00</b>	<b>26.451.097,00</b>
Transferências de recursos do FUNDEB	21.848.310,00	21.848.310,00	24.033.141,00	26.436.456,00
Demais transferências multigovernamentais	12.100,00	12.100,00	13.310,00	14.641,00
Transferências de instituições privadas				
Transferências de pessoas				
Transferências de convênios				
Demais transferências correntes				
<b>Outras receitas correntes</b>	<b>242.000,00</b>	<b>242.000,00</b>	<b>266.200,00</b>	<b>292.820,00</b>
Multa e juros de mora				
<b>Receita de dívida ativa</b>				
Dívida ativa tributária				
Dívida ativa não tributária				
Demais receitas correntes	242.000,00	242.000,00	266.200,00	292.820,00
<b>Receita de capital</b>	<b>4.581.140,00</b>	<b>4.581.140,00</b>	<b>5.039.257,00</b>	<b>5.543.179,00</b>
Operações de crédito	627.000,00	627.000,00	689.700,00	758.670,00
Amortização de empréstimos	342.100,00	342.100,00	376.310,00	413.941,00
<b>Alienação de bens, direitos e ativos</b>	<b>88.330,00</b>	<b>88.330,00</b>	<b>97.166,00</b>	<b>106.879,00</b>
Alienação de bens móveis	50.820,00	50.820,00	55.905,00	61.492,00
Alienação de bens imóveis	37.510,00	37.510,00	41.261,00	45.387,00
Alienação de Bens Intangíveis				
Rendimentos de Aplicações Financeiras				
<b>Transferência de capital</b>	<b>523.710,00</b>	<b>523.710,00</b>	<b>576.081,00</b>	<b>633.689,00</b>
Transferências intergovernamentais				
Transferências de convênios	523.710,00	523.710,00	576.081,00	633.689,00
Demais transferências de capital				
Outras receitas de capital	3.000.000,00	3.000.000,00	3.300.000,00	3.630.000,00
Receitas primárias advindas de PPP				
<b>Receitas correntes intra orçamentárias</b>				
Receitas tributárias intra orçamentárias				
Receita de contribuições intra orçamentárias				
Receita patrimonial intra orçamentárias				
Receitas agropecuárias intra orçamentárias				
Receita industrial intra orçamentárias				
Receita de serviços intra orçamentárias				
Transferências correntes intra orçamentárias				
Outras receitas correntes intra orçamentárias				
<b>Receitas de capital intra orçamentárias</b>				
Operações de crédito intra orçamentárias				
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias				
Amortização de empréstimos intra orçamentárias				
Transferência de capital intra orçamentárias				
Outras receitas de capital intra orçamentárias				

 <b>Município de Iguaí</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, S - CENTRO - 45.280-000 - Iguaí/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a>	Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 2196-0534-809	Página 7 / 7
<b>Metas da Receita</b>		

**Ronaldo Moitinho dos Santos**  
Prefeito  
CPF-568.859.545-00

**SJ. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA**  
Assessor Contábil  
CRC - BA4599/O-4

<p><b>Município de Iguaí</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguaí/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a></p>	<p>Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 1741-1166-303</p>	<p>Página 1 / 3</p>
---	--	-------------------------

**Metas da Dívida Pública**

LDO 2020 - Valores em R\$

Descrição	2016			2017		
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Dívida consolidada</b>	<b>26.130.884,69</b>	<b>26.130.884,69</b>	<b>26.130.884,40</b>	<b>23.604.136,23</b>	<b>23.604.136,23</b>	<b>23.604.136,23</b>
Divida mobiliária	24.367.716,71	24.367.716,71	24.367.716,71	21.883.898,21	21.883.898,21	21.883.898,21
Outras dívidas	1.763.167,98	1.763.167,98	1.763.167,69	1.720.238,02	1.720.238,02	1.720.238,02
<b>Deduções</b>				<b>16.793.495,22</b>	<b>16.793.495,22</b>	<b>16.793.495,22</b>
Ativo disponível				18.815.498,45	18.815.498,45	18.815.498,45
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados				-2.022.003,23	-2.022.003,23	-2.022.003,23
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						



 <b>Município de Iguaí</b> PRAÇA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguaí/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3271-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a>	Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 1741-1166-303	Página 2 / 3
---	--	-----------------

**Metas da Dívida Pública**

LDO 2020 - Valores em R\$

Descrição	2018			2019		
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Realizado
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Dívida consolidada</b>	<b>23.021.860,01</b>	<b>23.021.860,01</b>	<b>23.021.860,01</b>	<b>48.523.260,06</b>		
Dívida mobiliária	21.547.607,45	21.547.607,45	21.547.607,45	47.227.807,82		
Outras dívidas	1.474.252,56	1.474.252,56	1.474.252,56	1.295.452,24		
<b>Deduções</b>	<b>9.320.683,83</b>	<b>9.320.683,83</b>	<b>9.320.683,83</b>	<b>6.925.287,27</b>		
Ativo disponível	11.472.201,90	11.472.201,90	11.472.201,90	8.399.677,82		
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados	-2.151.518,07	-2.151.518,07	-2.151.518,07	-1.474.390,55		
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

<p><b>Município de Iguai</b> PRACA MANOEL NOVAES, 8 - CENTRO - 45.280-000 - Iguai/ BA CNPJ: 13.858.303/0001-91 Fone: (73) 3274-2101 / <a href="http://www.iguai.ba.gov.br">http://www.iguai.ba.gov.br</a></p>	<p>Usuário: Clevison de Barros Macedo Chave de autenticação: 1741-1166-303</p>	<p>Página 3 / 3</p>
---	--	-------------------------

**Metas da Dívida Pública**

LDO 2020 - Valores em R\$

Descrição	2020		2021		2022	
	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Previsto	Valor Constante	Valor Previsto	Valor Constante
<b>Índice de deflação</b>						
<b>Dívida consolidada</b>						
Dívida mobiliária						
Outras dívidas						
<b>Deduções</b>						
Ativo disponível						
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados						
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Ronaldo Moitinho dos Santos  
Prefeito  
CPF-568.859.545-00

S.J. Assessoria Municipal Contábil e inf. LTDA  
Assessor Contábil  
CRC - BA4599/O-4